

ARTIGO ORIGINAL

PROCESSOS CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GRUPOS SOCIAIS

Adriana Sartório Ricco¹

Faculdade Estácio de Sá de Vitória, Vitória/ES- Brasil

RESUMO – Processos culturais na construção da identidade de grupos sociais. Esse artigo faz uma revisão de literatura a cerca da cultura e da identidade cultural em seus processos de construção. A partir de várias perspectivas teóricas das ciências sociais, discute-se os efeitos da globalização sobre as identidades e o processo de estruturação, desestruturação e reestruturação como forma de explicar as novas ocorrências identitárias das mais diferentes localidades e sociedades. Diante do paradoxo, deve-se compreender a cultura e as identidades como realidades em formação em que componentes novos e antigos são articulados para sintetizar uma nova realidade cultural. Está se tratando de sociedades multiculturais, onde a riqueza de interações e diferenças deve ser analisada na perspectiva de um processo contínuo, dinâmico e sem fronteiras.

Palavras-chave: Cultura; Identidade cultural; Globalização e processos culturais.

ABSTRACT – Cultural processes in the construction of social identity groups. This article reviews the literature about culture and cultural identity in the process of construction. From various theoretical perspectives of the social sciences, discusses the effects of globalization on identities and the process of structuring, deconstructing and restructuring as a way to explain the new identity occurrences from different localities and societies. Faced with the paradox, one must understand the culture and identities as realities in formation in which new and old components are articulated to synthesize a new cultural reality. Is dealing with multicultural societies, where wealth of interactions and differences should be analyzed from the perspective of a continuous, dynamic process and borderless.

Key Words: Culture; Cultural identity; Globalization and cultural processes.

¹ Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos e professora da Faculdade Estácio Vitória (ES).

1 INTRODUÇÃO

As representações culturais em suas diversas variações e formas de construção têm sido preocupação de pesquisadores das ciências sociais em todo o mundo. No que se refere às diversidades regionais, um rico campo de investigação se apresenta como fonte inesgotável para antropólogos, sociólogos, geógrafos e outros estudiosos considerarem as mais diferentes dimensões socioespaciais, a convergência e influência de tantas etnias e o movimento transformador na pós-modernidade intitulado globalização.

A cultura, como objeto de reflexão ao longo da história, é assunto dos mais debatidos e, portanto, o desenvolvimento de seu conceito é de grande importância para a compreensão das diferentes formas de expressão de sociedades complexas e de pequenas comunidades. Sua aplicabilidade se faz útil quando se depara com a análise de questões a serem investigadas nos mais variados contextos históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Como marcos teóricos utilizados nesse trabalho, autores como Edward Tylor (1871), Franz Boas (1896), Alfred Kroeber (1949), Leslie White (1955), Balandier (1955), Roger Keesing (1974), Lévi-Strauss (1976), Clifford Geertz (1966, 1978), David Schneider (1968) e Laraia (1976, 1986) foram os grandes colaboradores para a construção do que hoje se entende como cultura, sem com isso deixar de tornar o tema ainda discutível à luz da ciência.

Essa abordagem teórica inicial é necessária para um aprofundamento na delimitação do que vêm a ser identidade cultural, fenômeno frequentemente relacionado à cultura. Neste artigo, ambos serão discutidos em suas dimensões, conceitos e importância para a existência dos grupos sociais e suas referências. Sobre identidade e suas implicações, Barth (1969), Anthony Giddens (1990), Stuart Hall (1997), Manuel Castells (1997), Néstor Garcia Canclini (2001), Denys Cuhe (2002) e Renato Ortiz (2005) conferem a base de sustentação do trabalho.

Essas discussões teóricas constituem o referencial que contribui para a compreensão das questões que nortearam esta pesquisa: De que forma a identidade é construída? Quais são os elementos simbólicos que formam a identidade de um grupo social? Quais são os processos inerentes à construção e (re)construção de identidades? O entendimento destas questões concorrerá para a análise do fenômeno aqui estudado, que trata da construção da identidade e dos processos que ocorrem em diferentes localidades e sociedades que buscam se distinguir em meio aos efeitos da globalização, objetos de estudo de tantos pesquisadores das ciências sociais.

Como procedimento metodológico, trata-se de um estudo exploratório acerca dos pressupostos teóricos que balizam a temática da cultura, identidade cultural e processos culturais, cujo delineamento é a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, é possível obter com esse trabalho o entendimento de diferentes correntes teóricas sobre símbolos e significados que compõem a cultura e a identidade, os efeitos da globalização sobre as identidades coletivas e sobre a alteridade e necessidade da diversidade como resistência à homogeneização das culturas locais.

2 AS DIMENSÕES DA CULTURA E IDENTIDADE

Como abordado anteriormente, muitos foram os estudiosos que se ocuparam em explicar a cultura em sua origem, seus antecedentes históricos, o desenvolvimento de seu conceito, até a construção das teorias modernas e contemporâneas, sempre considerando o homem como objeto de estudo em diferentes contextos. A intenção deste capítulo é nortear teoricamente o estudo, fazendo para isto uma explanação desse histórico conceitual, a partir da seleção de autores considerados marcos teóricos nessa linha do conhecimento.

Edward Tylor (1832-1917) foi o precursor desse estudo, formulando a primeira definição de cultura do ponto de vista antropológico, a partir da síntese do vocábulo

germânico *Kultur* e da palavra francesa *Civilization*². O termo *Culture* surgia como “[...] este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”³. Tal definição reforçava o caráter de aprendizado da cultura em oposição à idéia, até então difundida, de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

Para Tylor, a cultura tratava-se de um fenômeno natural passível de um estudo sistemático de causas e regularidades, proporcionando a formulação de leis sobre sua construção e evolução. Essa escala evolutiva, no entanto, não admitia qualquer relativismo ou diversidade cultural, predominando a idéia de que a cultura de qualquer povo desenvolvia-se de maneira uniforme, percorrendo as etapas históricas das sociedades tidas como “mais avançadas”⁴. Esse método ficou conhecido como comparativo ou evolucionismo.

O principal crítico ao evolucionismo foi Franz Boas (1858-1949), que desenvolveu o particularismo histórico, segundo o qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que vivenciou. Ele a questionou a validade do método comparativo, propondo estudos históricos que considerassem os diversos contextos, pois cada grupo humano se desenvolve através de seu próprio caminho. Esta forma evolutiva da cultura tornava-se válida, então, por meio de uma abordagem multilinear, na qual “são as investigações históricas o que convém para descobrir a origem deste ou daquele traço cultural e para interpretar a maneira pela qual toma lugar num dado conjunto sociocultural”⁵.

As contribuições do antropólogo americano Alfred Kroeber (1876-1960) mereceram destaque para ampliação do conceito de cultura. Em seus postulados, demonstrou que o homem em sua evolução passou a depender muito mais do aprendizado do

² O termo germânico simbolizava todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa referia-se às realizações materiais de um povo.

³ *Apud* LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 25.

⁴ Para os evolucionistas, o desenvolvimento cultural de qualquer grupo humano seguiria um curso histórico unilinear através de três estágios: selvageria, barbarismo e civilização.

⁵ *Apud* LARAIA, *op cit.*, p. 36.

que de seu aparato biológico, rompendo, dessa forma, as diferentes barreiras ambientais, tendo a cultura como meio de adaptação. Nessa linha de raciocínio, o autor explica que “a cultura é um processo cumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo”⁶.

Tal afirmação reforça a ideia de tradição e memória, que na pós-modernidade e em tempos de globalização reacendem como instrumentos de transmissão da herança social. Dessa forma, a cultura é transmitida, ou seja, por meio do grupo social cada geração transmite às gerações seguintes sua cultura no processo de socialização. Esse processo institui historicamente o conjunto de significados e experiências construídos coletivamente.

Leslie White (1955), antropólogo contemporâneo, complementa a ideia anterior, ressaltando a importância dos símbolos na construção e na transmissão da cultura. Para ele, o comportamento humano é comportamento simbólico, pois toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura, e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação, assim como ocorreu com todas as civilizações. E para perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou, e desta forma, ela se institui como um processo social-histórico⁷.

Nesse sentido, o renomado antropólogo Balandier (1955) assinala:

A cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração. É uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente nas relações dos grupos sociais entre si. Para analisar um sistema cultural, é então necessário analisar a situação sócio-histórica que o produz como ele é⁸.

A cultura como um produto histórico está sujeita a interações e contradições inerentes ao seu processo evolutivo, em um processo dinâmico que envolve mudanças constantes. O conjunto de símbolos e significados é selecionado a cada

⁶ Idem, p. 49.

⁷ Idem, pp. 55-56.

⁸ Apud CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002, p. 143.

momento histórico e isto condiciona as inter-relações que as diferentes sociedades estabelecem entre o passado, o presente e o futuro.

Dentre as teorias modernas sobre cultura, Roger Keesing (1974) postulou e Sahlins, Harris, Carneiro, Rappaport, Vayda concordam que a cultura é um sistema adaptativo. Na tentativa de obter uma precisão conceitual, resumem que as culturas são formadas por padrões de comportamento socialmente transmitidos, incluindo tecnologias e modos de organização econômica e política, de agrupamento social, crenças e práticas religiosas. As mudanças culturais ocorrem aí como um processo de adaptação equivalente à seleção natural. “A tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social diretamente ligada à produção constituem o domínio mais adaptativo de cultura.”⁹

Assim, a cultura pode ser considerada um mecanismo de adaptação baseado na capacidade de mudança e de evolução do ser humano. É dessa forma que ele se torna capaz de superar as dificuldades impostas nos ambientes em que vive.

Outra das abordagens modernas, formulada por Lévi-Strauss (1976), considera cultura como sistemas estruturais. A cultura é definida como um sistema simbólico, fruto da criação acumulativa da mente humana. A grande contribuição do seu trabalho se baseia em descobrir os princípios da mente que geram elaborações culturais como o mito, a arte, parentesco e linguagem na estruturação dos domínios culturais. Para ele, tais princípios estariam submetidos a regras inconscientes que controlam as manifestações de um grupo social¹⁰.

A terceira e última das teorias modernas sobre cultura foi desenvolvida por Clifford Geertz (1966) e David Schneider (1968), e considera cultura como sistemas simbólicos. Geertz propôs duas idéias a respeito do conceito de cultura:

A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos – como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os

⁹ LARAIA, *op cit.*, pp. 59-60.

¹⁰ Idem, p. 61.

engenheiros de computação chamam “programas”) para governar o comportamento. A segunda ideia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento¹¹.

Essa concepção teórica enfatiza que o homem é dirigido por padrões culturais, cuja totalidade funciona como um conjunto de mecanismos simbólicos que controla o seu comportamento. Esta é uma condição essencial para a existência humana, pois se assim não fosse, o comportamento do homem seria ingovernável e sua experiência não teria praticamente qualquer forma ou sentido.

Para Geertz, os símbolos e significados são partilhados pelos atores de um determinado grupo social, e para estudar cultura, portanto, é preciso estudar o código de símbolos partilhados pelos membros desse sistema cultural.

Por sua vez, como um sistema de signos ou símbolos, a cultura é vista como um contexto onde os acontecimentos sociais, comportamentos e instituições não podem ser analisados casualmente, mas ser descritos de forma inteligível, com densidade. A análise cultural então deve ser uma adivinhação dos significados, uma avaliação das melhores conjecturas, a fim de traçar conclusões explanatórias e discutíveis.

O fato é que comprometer-se com um conceito semiótico de cultura e uma abordagem interpretativa do seu estudo é comprometer-se com uma visão da afirmativa etnográfica como “essencialmente contestável”, tomando emprestada a hoje famosa expressão de W. B. Gallie, [...] pois não há conclusões a serem apresentadas; há apenas uma discussão a ser sustentada¹².

Não há como negar que esse é o entendimento que guia os estudos sobre cultura e sociedades. Geertz, em seu axioma, valoriza a etnografia como metodologia de estudo, ressaltando o caráter interpretativo para tratar das subjetividades intrínsecas ao que se percebe como cultura. A etnografia privilegia materiais residuais considerados indignos pela atividade científica, interessando-se pelo pequeno e cotidiano como gestos, expressões corporais, hábitos alimentares, higiene, etc. Daí

¹¹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pp. 32-33.

¹² Idem, pp. 20-21.

a discutibilidade de suas análises. Na verdade, sempre temos interpretações e os pensadores contemporâneos não acreditam em verdades absolutas.

Mesmo com as importantes contribuições de Geertz, tal discussão não termina aí, pois a compreensão da cultura está atrelada à compreensão da própria natureza humana, o que é tema de constante reflexão. O fato é que existem divergências entre os antropólogos ao tentarem obter uma precisão conceitual sobre o tema.

A despeito disso e buscando universalizar um conceito que possa guiar as políticas culturais, uma das definições mais aceitas atualmente foi apresentada na Conferência Mundial do Icomos, em 1982:

No seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças¹³.

Em 2005, a Convenção sobre a Diversidade Cultural, realizada pela Unesco, oficializou tal conceito, acatando em todo o seu teor o que se entende por cultura, acrescentando as “formas de convivência” como partes do conjunto de elementos que a constituem.

Em uma síntese do tema e traduzindo em termos práticos de interesse deste estudo, pode-se entender a cultura como todo o legado construído pelo homem ao longo de sua existência, e isto inclui bens tangíveis e bens intangíveis, que representam valores materiais e imateriais assim definidos pela sociedade (assunto que será melhor desenvolvido em tópico posterior). Esse conjunto de bens representa a identidade de um povo, que se expressa na língua, na crença, nas práticas cotidianas, na memória e no imaginário coletivo.

O termo identidade é frequentemente associado à cultura. No entanto e apesar de possuírem certa ligação, os conceitos de cultura e identidade se apresentam com

¹³ Documento Final da Conferência Mundial do Icomos dedicada às Políticas Culturais – Mundiacult, realizada no México. ICOMOS. Declaração do México: políticas culturais, 1982. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 17 fev. de 2008.

processos de construção distintos. Cuche explica que “a cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas”¹⁴.

Como norma de vinculação entende-se que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, que permite situá-lo no conjunto social. Sendo assim, ela é inclusão à medida que identifica o grupo cujos membros se assemelham sob certo ponto de vista. Nessa linha de entendimento, Castells conceitua identidade como sendo

[...] a fonte de significado e experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado¹⁵.

Esse conjunto de símbolos e significados é assim atribuído por pessoas que tendem a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo geram um sentimento de pertença e, em muitos casos, uma identidade cultural comunal. No sentido do pertencimento social, há um anseio de adesão a princípios e visões de mundo comuns por parte da comunidade, o que faz com que seus membros se sintam participantes de um espaço-tempo comum. Inclusão e pertencimento são os eixos para a construção da coesão social e da identidade cultural.

Contudo a identidade social é também exclusão: ela distingue os grupos sociais cujos membros são diferentes em certos aspectos. Nesta perspectiva, a identidade cultural realça a distinção nós/eles, baseada na diferença cultural. É o que se denomina alteridade¹⁶, que ao mesmo tempo funciona como um instrumento de resgate da identidade.

¹⁴ CUCHE, *op. cit.*, p. 176.

¹⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3. ed. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.22.

¹⁶ Alteridade (ou outridade) é a [concepção](#) que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos. Assim, como muitos [antropólogos](#) e [cientistas sociais](#) afirmam, a existência do "eu-individual" só é permitida mediante um contato com o [outro](#) (que em uma visão expandida se torna o Outro - a própria sociedade diferente do indivíduo). MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, V. I., p. 307.

Para melhor explicar esse antagonismo, Cuche sentencia que “não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação”¹⁷.

Na dinâmica das relações sociais, a diferença acentuada pela noção do outro constitui fonte permanente de tensão e conflito, o que contribui para o conhecimento e afirmação das próprias culturas em contraste. Nesse aspecto, a alteridade é a base pela qual se torna possível entender o olhar de turistas e residentes no contexto aqui estudado e os efeitos desse encontro contrastante.

De fato, é preciso tentar compreender o fenômeno da identidade através das relações entre os grupos sociais, pois a identidade é algo que se constrói e se reconstrói de forma dinâmica no interior das trocas sociais.

Sobre essa concepção, Ortiz afirma que a identidade cultural é

[...] uma construção simbólica que se faz em função de um referente. Os referentes podem evidentemente variar em natureza, eles são múltiplos – uma cultura, a nação, uma etnia, a cor ou o gênero. No entanto, em qualquer caso a identidade é fruto de uma construção simbólica que os tem como marcos referenciais¹⁸.

Castells, em seu trabalho “O poder da identidade”, apresenta sua visão a esse respeito:

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço¹⁹.

¹⁷ CUCHE, *op. cit.*, p. 183.

¹⁸ ORTIZ, Renato. Um outro território: ensaios sobre a mundialização. 3. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 79.

¹⁹ CASTELLS, *op. cit.*, p. 23.

Dessa forma, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Os atores sociais, portanto, orientam suas representações e escolhas. “Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações.”²⁰

Constata-se que a questão cultural e a valorização da identidade por parte dos grupos que as constroem são fatores decisórios para a coesão social. Pode-se dizer que elas conferem sentido às comunidades e podem favorecer a organização sociocomunitária e o associativismo, à medida que se mantém sua integridade coletiva. Mas, de que integridade estamos falando? É a identidade algo estático?

Hall discute em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade” que,

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social²¹.

O autor fala da existência de um sujeito sociológico na modernidade (até a primeira metade do século XX), cuja identidade era formada na “interação” entre o eu e a sociedade. Nesta concepção, a identidade “costura” ou “sutura” o sujeito à estrutura, estabilizando sujeitos e seus mundos culturais, tornando-os unificados e predizíveis.

No entanto, essa estabilidade, na chamada modernidade tardia, está se perdendo. O sujeito está se tornando “fragmentado”, ou melhor, já não há uma identidade unificada, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Como membro de um grupo social, o processo fragmenta ainda as estruturas culturais de classe, gênero, etnia e nacionalidade, que antes o situavam na

²⁰ CUCHE, *op. cit.*, p. 182.

²¹ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997, p. 7.

sociedade. É um duplo deslocamento ou “descentração” dos indivíduos de si mesmos e no mundo social e cultural.

Assim, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa ou permanente. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”²².

Nesse contexto, Hall tira suas conclusões, arrematando que não se pode falar da identidade como uma coisa acabada, pois sua estrutura permanece aberta no jogo de articulações sociais. Deve-se então falar de “identificação”, como algo em andamento. Isto é resultado da interação de indivíduos e grupos em diferentes áreas do globo e sob diversas formas, que praticamente fez sucumbir todos os tipos tradicionais de ordem social.

Os efeitos da chamada “crise da identidade” serão melhor trabalhados no próximo tópico, quando se verá surgir a homogeneização cultural, a resistência à globalização e a hibridização da cultura. Estas abordagens são bastante pertinentes para a análise dos processos culturais que ocorrem nas mais diferentes localidades e sociedades utilizadas como objetos de pesquisa.

3 O GLOBAL E O LOCAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Durante muito tempo, a etnologia cultivou o que se denomina o “mito do primitivo”, perseguindo o caráter absolutamente original de cada cultura. Nesta perspectiva, os pesquisadores consideravam a mestiçagem cultural como um fenômeno negativo que alterava sua “pureza” original e que, de certo modo, dificultava o trabalho de investigação científica. Ao indivíduo “aculturado” atribuía-se uma perda irreparável.

Muitas foram as tentativas de isolar traços pertencentes às etnias e suas culturas até que se chegasse a um consenso de que nenhuma cultura existe em “estado puro”,

²² Idem, p.12-13.

sem ter jamais sofrido a mínima influência externa. Em 1953, no seminário realizado pela Universidade de Stanford, os autores afirmaram que:

[...] qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas²³.

Na explanação de Cuche, cada cultura em situação de contato cultural, sofre um processo de desestruturação e depois de reestruturação, sendo este um princípio inerente à evolução de qualquer sistema cultural. “Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. O que varia é a importância de cada fase, segundo as situações. Talvez fosse melhor substituir a palavra ‘cultura’ por ‘culturação’ para sublinhar essa dimensão dinâmica da cultura.” Neste contexto, Bastide é citado pelo autor complementando que “ao invés de “estrutura”, seria preciso falar de ‘estruturação’, ‘desestruturação’ e ‘reestruturação’. A cultura é uma construção ‘sincrônica’ que se elabora a todo instante através deste triplo movimento.”²⁴

Esse processo de mudança está relacionado ao que se conhece como a “Era do Globalismo”. O mundo vem sendo conduzido pelas tendências da globalização, resultado da revolução da tecnologia da informação e da reestruturação do capitalismo, que introduziram uma nova forma de sociedade, a “sociedade em rede”. Anthony McGrew entende a globalização referindo-se

[...] àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica da “sociedade” como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço. [...] Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão

²³ Parte do documento intitulado Manifesto sobre a Aculturação. LARAIA, *op cit.*, p. 96.

²⁴ CUCHE, *op. cit.*, pp. 136-137.

entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais²⁵.

Castells aborda esse fenômeno, alertando:

[...] Essa nova forma de organização social, dentro de uma globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo, [...] abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo à pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo²⁶.

A globalização contribuiu para a ocorrência do processo de “aculturação”, cujo prefixo “a” não significa privação; ele vem do latim *ad* e indica um movimento de aproximação. Estudos indicam ter sido criado desde 1880 por J. W. Powell, antropólogo americano, que denominava assim a transformação dos modos de vida e de pensamento dos imigrantes ao contato com a sociedade americana.

Em 1936, o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais dos Estados Unidos criou um comitê encarregado de organizar a pesquisa sobre os fatos de aculturação. Composto por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits, em seu célebre *Memorando para o Estudo da Aculturação*, foi definida como sendo “o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais iniciais de um ou dos dois grupos”²⁷.

Por se tratar de um fenômeno dinâmico, um processo em vias de realização, os autores do Memorando alertam - com propriedade – que, o que deve ser analisado nas pesquisas de cunho social é precisamente este processo em andamento, e não somente os resultados do contato cultural. Identificar claramente os aspectos culturais alterados em um determinado espaço-tempo, além de não ser tarefa fácil, não deve ser o foco principal das investigações, e sim aqueles que estejam em transição, em movimento.

Sapir e outros antropólogos americanos observaram que a aculturação não provoca necessariamente o desaparecimento da cultura que recebe influências, nem a

²⁵ *Apud* HALL, *op.cit.*, pp. 71-72.

²⁶ CASTELLS, *op. cit.*, p. 17.

²⁷ CUCHE, *op. cit.*, p. 115.

modificação de sua lógica interna, a qual pode permanecer dominante. Isto porque a aculturação não é uma pura e simples conversão a uma outra cultura, o que ocorre é uma “seleção” de elementos culturais emprestados e esta seleção se faz segundo a “tendência” da cultura que recebe²⁸.

Na análise de toda situação de aculturação, é preciso levar em conta tanto o grupo que dá quanto o grupo que recebe. Se respeitarmos este princípio descobriremos rapidamente que não há cultura unicamente “doadora” nem cultura unicamente “receptora”, propriamente dita. A aculturação não se produz jamais em mão única. Por esta razão, Bastide propõe os termos “interpenetração” ou “entrecruzamento” das culturas, em lugar do termo aculturação que não indica claramente essa reciprocidade de influência que, no entanto, raramente será simétrica²⁹.

Os termos utilizados por Bastide, bem como seu significado muito se aproximam do que mais recentemente se denomina hibridização cultural, defendida por Canclini como sendo um processo que combina estruturas e práticas que existiam separadamente, gerando novas estruturas e práticas por meio das trocas sociais³⁰. As culturas híbridas constituem um dos novos tipos de identidade produzidos na modernidade, assunto que será retomado mais adiante.

O desenvolvimento dos estudos sobre os fatos da aculturação levou a um reexame do conceito de cultura, compreendida a partir de então como um conjunto dinâmico. O ponto incontestável aí é que não existem as culturas “puras”, pois a partir das interações sociais, todas passam a ser, em diferentes graus, culturas “mistas”, feitas de continuidades e descontinuidades.

Na era do globalismo, Ianni propõe que se analise a questão da cultura em uma “[...] perspectiva aberta pela idéia do contato, intercâmbio, permuta, aculturação, assimilação, hibridação, mestiçagem ou mais propriamente, transculturação [...]”. Explica que muitas são as formas e denominações de intercâmbio sociocultural, nas quais se buscam peculiaridades e mediações relativas ao que “domina e subordina, impõe e submete, mutila e protesta, recria e transforma”.

²⁸ Idem, p. 118.

²⁹ Idem, p. 129.

³⁰ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. XIX.

A realidade, no entanto, é que sempre há mudança e transfiguração. Nada permanece original, intocável, primordial. Tudo se modifica, afina e desafina, na travessia. Parece o mesmo, mas já não é nem pode ser o que era, salvo como memória, fantasia ou nostalgia. Modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar, tudo se altera, parcial ou amplamente. Tanto é assim, que muitas vezes permanece a impressão de duplicidade, heterogeneidade, montagem, colagem, bricolagem ou simulacro. Uma impressão muito real e evidente, mas enganosa e aparente, já que o que resulta é sempre e também algo diferente³¹.

Como forma de intercâmbio sociocultural, o turismo surge aí como um dos principais agentes das mais diversas interações, pois coloca em contato direto diferentes culturas em praticamente todas as regiões do globo. É preciso que se perceba que quando se fala em globalização, situa-se o turismo como parte integrante desse processo, como um fenômeno desencadeador da globalização e, ao mesmo tempo, motivado por ela. Desta forma, não é possível separar os efeitos da globalização dos efeitos do turismo em localidades receptoras, pois esse último existe como uma dimensão constitutiva do processo de globalização. O turismo então é responsável também pela mundialização da cultura.

Os efeitos da poderosa onda de globalização sobre as identidades culturais são apresentados por Hall, em obra considerada marco teórico para a compreensão desses processos em diferentes sociedades. Ele aponta três caminhos que podem resultar das diversas formas de intercâmbio e suas conseqüentes trocas sociais.

O primeiro deles seria a *desintegração* das identidades, como resultado da homogeneização cultural e do pós-moderno global. A tendência a uma maior interdependência global e a exposição a influências externas está levando ao colapso de *todas* as identidades culturais fortes, tornando-as enfraquecidas pela “infiltração cultural”:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. [...] No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a *identidade*, ficam reduzidas a uma

³¹ IANNI, Octávio. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Esse fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural”.³²

Até mesmo pequenas comunidades, aparentemente isoladas, estão ligadas à “aldeia global” pelos seus aparelhos de TV, rádios, internet e todas as formas de mídia, o que vem produzindo certa fragmentação de códigos culturais, o mimetismo, a multiplicidade de estilos, a valorização ao efêmero e ao pluralismo cultural.

Esse movimento à descaracterização generalizada das culturas parece ter sido alardeado por alguns teóricos, que não consideraram certos traços essenciais das identidades que permanecem preservados ou são mais difíceis de ser suprimidos, mesmo sob a influência dos intercâmbios e da mídia globalizante. É certo que os elementos técnicos e materiais de uma cultura são mais facilmente transferíveis, o que não ocorre com tanta velocidade, intensidade ou frequência com os elementos simbólicos, como os religiosos e ideológicos.

Para Edgar Morin, “no que diz respeito à arte, a música, à literatura e ao pensamento, a globalização cultural não é homogeneizadora. Ela é feita de grandes ondas transculturais que favorecem a expressão das originalidades nacionais em seu seio.”³³

Nos dizeres do próprio Hall, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações “globais” e *novas* identificações “locais”.

Nesse raciocínio, Ortiz sugere que se abandone o termo homogeneização para se falar de “nivelamento cultural” para “apreender o processo de convergência de hábitos culturais, mas preservando as diferenças entre os níveis de vida”³⁴. Isto quer

³² HALL, *op.cit.*, p.80.

³³ *Apud* DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural* – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 169.

³⁴ *Apud* CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 172.

dizer: localizar aqueles elementos considerados “essência” para a identificação dos grupos, os quais ainda os mantêm em certo nível de coesão social.

Outra consequência possível, resultante do globalismo apresentada por Hall, trata do inverso proposto anteriormente. As identidades locais ou particularistas poderiam ser *reforçadas* como forma de resistência à globalização. Juntamente com o impacto do global, cresce um novo interesse pelo local e pela diferença.

Kevin Robin argumenta que:

[...] ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. [...] A globalização, na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar uma nova articulação entre “o global” e “o local”. Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização³⁵.

A mercantilização da etnia e da “alteridade”, citada pelo autor, refere-se, sobretudo, ao turismo que se desenvolve dentro da lógica capitalista que se processa em nível global. A diferença e a pluralidade étnica e cultural, ao serem mantidas pela necessidade de autopreservação do grupo, constituem fonte de atratividade turística. No turismo, a alteridade é reforçada pelo interesse no outro e nas suas singularidades culturais.

O fortalecimento de identidades locais pode ser visto ainda como reação defensiva de grupos étnicos que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas. Neste contexto, é possível observar o avanço de fortes expressões de identidade coletiva que desafiam a globalização em função do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes:

Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos.

[...] servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo hostil. São construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo

³⁵ *Apud* HALL, *op.cit.*, pp. 83-84.

significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de autoidentificação³⁶.

Finalmente, o terceiro caminho - apontado por Hall e defendido por Canclini e outros teóricos contemporâneos - é o da hibridização cultural, a partir do surgimento de novas identidades que se reconstróem retirando seus recursos de diferentes tradições culturais, resultantes dos cruzamentos e misturas culturais frequentes no mundo globalizado.

Para Salman Rushdie, esse tipo de hibridismo cultural é conhecido ainda como “tradução”, cuja palavra se origina do latim e significa “transferir”; “transportar entre fronteiras”³⁷. Canclini usa também a expressão “reelaboração das identidades” para designar o processo de transição a que as culturas locais, regionais e nacionais estão submetidas continuamente³⁸.

No intuito de entender essas novas ocorrências identitárias, Hall explica que surgem a partir das migrações pós-coloniais, compostas por pessoas que passam a conviver com novas culturas, sem com isto serem assimiladas por elas:

Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular)³⁹.

Os autores postulam a hibridização como um processo inerente às culturas - dinâmicas em seu processo de construção - como se não existisse uma fronteira nítida entre grupos e sim uma continuidade cultural, em que influências de vários sistemas culturais interferem na vida das pessoas. A cultura é vista aí como um organismo vivo, evoluindo de forma espontânea.

³⁶ CASTELLS, *op. cit.*, p. 84.

³⁷ *Apud* HALL, *op. cit.*, p. 96.

³⁸ CANCLINI, *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, *op.cit.*, p. 172.

³⁹ HALL, *op. cit.*, p. 96.

Ademais, considera Canclini, não há como caracterizar as comunidades de maneira idílica, como culturas engessadas, pois isto simplificaria ou falsearia os fatos. Observar essas realidades sob a lógica do conceito de híbrido permite trocas e movimento, excluindo a necessidade de se perseguir o mito da cultura “pura”. O autor afirma ainda existirem “ciclos de hibridação” utilizados como forma de analisar e descrever o referido processo, observando que as comunidades podem passar por formas mais ou menos homogêneas ou heterogêneas em diferentes momentos do processo⁴⁰.

O mesmo autor ressalta que as trocas culturais que geram o processo de hibridização onde práticas sociais discretas se fundem para gerar novas estruturas e práticas se dão de diversas formas e motivos, citando dentre eles os processos migratórios, *turísticos* e de intercâmbio. Tal grifo (desta autora) justifica-se na medida em que há forte tendência em se considerar os estudos voltados ao turismo em localidades receptoras e suas transformações na perspectiva das culturas híbridas.

Em resumo, considera-se que a globalização gera um conjunto de fenômenos que interferem nos processos culturais e de construção das identidades. Por seu efeito pluralizante, produz uma variedade de possibilidades de identificação social e uma articulação entre a tendência homogeneizadora da globalização e a pluralidade das culturas locais. De modo contraditório, tais efeitos tanto podem delinear-se na forma de “tradição”, na busca e preservação de aspectos essenciais das culturas, quanto na forma de “tradução”, concebendo a aculturação, transculturação ou hibridação como processos inerentes à natureza da cultura.

Dias sintetiza o caráter oscilante e contraditório da globalização sobre as culturas:

A globalização, do ponto de vista cultural, apresenta características aparentemente paradoxais, pois se, por um lado, tende a uma homogeneização cultural, por outro, vemos que aflora a diversidade nos mais diversos recantos do planeta. Na realidade, trata-se da ocorrência, concomitante, dos dois fenômenos, pois a diversidade está presente como

⁴⁰ CANCLINI, *Culturas híbridas*, op.cit., p. XX.

uma forma de resistir à tendência homogeneizadora, de fortalecer as identidades tradicionais⁴¹.

Ou como enfatiza Canclini, “[...] a globalização apresenta-se como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las”⁴².

Diante do paradoxo, deve-se compreender a cultura e as identidades como realidades em formação em que componentes novos e antigos são articulados para sintetizar uma nova realidade cultural. Está se tratando de sociedades multiculturais, onde a riqueza de interações e diferenças deve ser analisada na perspectiva de um processo contínuo, dinâmico e sem fronteiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do presente trabalho de investigação esteve centrado na dinâmica de construção das culturas e da identidade coletiva dos diferentes grupos sociais. É certo que a dinâmica da vida na sociedade contemporânea acelera mudanças na cultura de maneira ampla, citando-se aí de maneira contundente a globalização, o turismo e os meios de comunicação de massa em suas variadas mídias que também concorrem para esse processo de transformações inerentes às culturas como organismos vivos e em movimento.

A identidade coletiva é retratada em suas interfaces de produção cotidiana, cuja preocupação é a necessidade de considerar a identidade das populações locais como bem patrimonial e como elemento de risco em sua dinâmica de construção e valorização. A partir de diferentes concepções teóricas, vemos o paradoxo da construção e reconstrução das culturas num processo de retroalimentação característico dos inevitáveis contatos humanos que a globalização articula.

⁴¹ DIAS, *op. cit.*, p. 175.

⁴² CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 44.

Se, por um lado há grande tendência à homogeneização cultural, por outro, vemos que no contexto do realce das diferenças e na alteridade ocorre uma valorização da diversidade, como resistência à lógica homogeneizadora dos mercados globais, que acabam por fortalecer a identidade do grupo que os sustenta.

Na realidade, trata-se da ocorrência, concomitante, dos dois fenômenos inserindo-se aí ainda o que os autores postulam por hibridização como um processo inerente às culturas - dinâmicas em seu processo de construção - como se não existisse uma fronteira nítida entre grupos e sim uma continuidade cultural, em que influências de vários sistemas culturais interferem na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. **Culturas híbridas**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Documento Final da Conferência Mundial Dedicada às Políticas Culturais** – Mundiacult, realizada no México. Declaração do México: políticas culturais, 1982. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 17 fev. 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. Vol. I. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização. 3. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005.